

Cotas de exportação: altos lucros beneficiam minoria

A Sociedade Rural Brasileira decidiu enfrentar o "grupo dos poderosos" que, desde alguns anos, vem comandando as grandes decisões no setor de exportação cafeeira. Esta reportagem é a súplica das posições tomadas até o momento por esta Entidade.

Vantagem para poucos

No dia 5 de outubro deste ano, a Sociedade Rural Brasileira, enviou telex ao ministro da Indústria e Comércio, João Camilo Penna, solicitando a revogação do mecanismo de cotas de exportação para o café, baseado nas seguintes consideranda:

1. - Consideramos o atual sistema de cotas de exportação de café, adotado pelo IBC, um entrave à livre iniciativa, que se constitui na verdadeira fórmula de maximização dos benefícios econômicos e sociais líquidos. Tal sistema, sobre representar odioso privilégio, resulta em um afunilamento de oferta na direção de um reduzido contingente de exportadores, transformando-os em juizes do preço. Assim sendo, o mecanismo de cotas constitui um "cartório" de repasse da renda gerada pelo setor de produção para o setor urbano, representado pelas privilegiadas empresas exportadoras, parte delas estrangeiras, que a esse sistema tem acesso. Como é evidente, tal mecanismo resulta na estagnação do mercado e na erosão dos preços a nível de produtor, e na comercialização de cotas entre as empresas exportadoras.

2. - Consideramos que os esforços para a sustentação dos preços do mercado devem ser travados no âmbito do Acordo Internacional do

Café, onde devemos adotar uma estratégia agressiva e não passiva, esta fazendo parte de nosso passado recente. Na medida em que o acordo efetivamente sustente os preços, não se justificaria a existência do sistema de cotas de exportação. Ou seja, tal sistema é uma espécie de reconhecimento da inoperância do acordo.

Após essas considerações, o documento solicitava "a revogação do mecanismo de cotas de exportação, liberando a comercialização do café, de maneira a permitir às forças de mercado livremente se ajustarem, na busca do ponto de máxima eficiência econômica."

Reação do I.B.C.

O Instituto Brasileiro do Café, segundo notícia publicada na "Folha de São Paulo", do dia 7 de outubro, "recebeu ontem com espanto e estranheza a proposta de extinção das cotas de exportação de café, feita pelo presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Renato Ticoulat.

Para o porta-voz do IBC, Nilo Dante, é estranhável que, numa hora em que todos os produtores e exportadores de café se dizem satisfeitos com a fixação de cotas de exportação, o presidente da SRB queira acabar com esse mecanismo. A proposta de Renato Ticoulat foi recebida pelo ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna, que a encaminhou ao IBC para análise e resposta imediata."

Reiterado o pedido

Nesse mesmo dia 7, Renato Ticoulat Filho, reiterando o pedido feito ao ministro Camilo Penna, encaminhou o seguinte telex ao presidente do IBC, embaixador Otavio Rainho da Silva Neves:

"A Sociedade Rural Brasileira, surpreendida pelas declarações prestadas à Imprensa, em data de ontem, pelo I.B.C. e, no intuito de restabelecer a verdade dos fatos, comunica a V.S. que:

1) Espanto e estranheza são os sentimentos que nos invadem, quando ficamos sabendo que o I.B.C. desconhece que a totalidade das entidades representativas de produtores é contra o atual regime de cotas para os exportadores; que o I.B.C. desconhece que, mesmo no setor comercial, entidade da importância da Federação do Comércio do Estado de São Paulo se manifestou contra tal sistema, na C.P.I. do café; que o I.B.C. desconhece, mesmo sendo réu de ações judiciais, reconhecidas aliás pela Justiça como procedentes, impetradas por empresas exportadoras descontentes com tal sistema pelo fato de encerrar discriminações dentro do próprio setor exportador (das 163 empresas exportadoras, somente 67 receberam cotas, na posição de agosto de 1981, que o I.B.C. evita considerar o mérito da reivindicação da Sociedade Rural Brasileira, elegendo, como